

ACTA N.º 23

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 16 de Dezembro de 2004.

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, no Salão da Junta de Freguesia de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, Maria Graciete A. Costa de Brito, Pedro Miguel Santiago Gaspar, Sónia Isabel Sanfona Mendes, Paulo Francisco Espírito Santo, Vasco Luís Pimenta d'Aguiar, Maria Leonor Tendeiro Ribeiro, Anabela Leal Agostinho, Ricardo Manuel Arranzeiro Hipólito, Cláudia Cristina Favas Rodrigues, Vitória Maria Faria de Brito, Manuel Luís Cruz Bárbara, António da Conceição Moreira, António Jesus Milheiriço e Celestino Tomás Pereira Brasileiro.

Foi dado cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Apreciação da Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro.

Ponto 2 – Apreciação e votação de Proposta de Taxas e Licenças para o ano de 2005.

Ponto 3 – Apreciação e votação de Proposta de Tarifário de Água, Limpeza Urbana e Recolha de Resíduos Sólidos para o ano de 2005.

Ponto 4 – Apreciação e votação de Proposta de Taxas de Saneamento para o ano de 2005.

Ponto 5 – Apreciação e votação de Propostas de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2005.

Ponto 6 – Apreciação e votação – Delegação de Competências a transferir do Município de Alpiarça para a CULT – Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, para efeitos de regulamentação do Dec.Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro

(Licenciamento e Fiscalização de elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes e fixação de taxas e regime sancionatório.

Ponto 7 – Apreciação e votação – Eleição de um autarca de freguesia para constituição do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal – Conselho Cinegético Municipal.

Ponto 8 – Apreciação e votação da Proposta para transformação de todos os Empréstimos Bancários, que foram contraídos pela Câmara Municipal ao longo dos últimos anos, num só.

Ponto 9 – Apreciação e votação da Proposta do Regulamento de Utilização dos Equipamentos Desportivos da Zona Desportiva dos Patudos – Polidesportivo, Campos de Ténis e Campo de Futebol de Sete.

Ponto 10 – Apreciação e votação do Regulamento de Concessão de Auxílios Económicos – Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico – Acção Social Escolar do Município.

Ponto 11 – Apreciação e votação – Cobrança pelas Câmaras Municipais de taxas devidas a entidades pela emissão de pareceres.

Foi dado início à sessão com a discussão e votação da Acta número vinte e dois.

Os eleitos, Vitória Brito e Ricardo Hipólito, sugeriram algumas correcções.

A Acta foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor e 5 abstenções.

O eleito Ricardo Hipólito absteve-se por não ter estado presente na última sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da Mesa começou por distribuir alguma documentação que considerou relevante.

Informou que está em poder da mesa o Relatório do Tribunal de Contas sobre Contratos Financeiros das Autarquias Locais e que o mesmo se encontra disponível para consulta.

Referiu, seguidamente, que o parecer final e despacho tutelar do Ministro das Cidades e Ordenamento do Território se encontram também disponíveis para consulta, mencionando que, dado a natureza sigilosa do relatório, deve o mesmo ser restrito ao âmbito dos Órgãos do Município.

Informou sobre a reunião da CULT, referindo o voto de repúdio deste órgão relativo à desanexação da freguesia do Pombalinho do Concelho de Santarém e também sobre moção relativa ao IC 10.

A Presidente da Mesa solicitou a integração de um ponto na Ordem de Trabalhos para poder ser substituído elemento representante da Assembleia na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

A eleita Sónia Sanfona apresentou, em nome da bancada do Partido Socialista voto de pesar (em anexo), sobre o desaparecimento de Fernando Vale, em 26 de Novembro último.

O eleito António Milheiro felicitou o executivo pela colocação da iluminação de Natal (em anexo).

O eleito Ricardo Hipólito faz recomendação ao Executivo (em anexo) Camarário no sentido de, no próximo dia do Município, agradecer o seareiro Manuel António e os que como ele cultivam o melão.

O eleito Vasco d' Aguiar interveio sobre o documento entregue relativo ao parecer da IGAT, considerando que o relatório continua escondido dos membros desta Assembleia.

A Presidente da Mesa leu parte do ofício dirigido ao Sr. Provedor de Justiça, bem como ofício enviado ao Sr. Inspector da IGAT (que se encontram na correspondência desta Assembleia), nos quais refere que os documentos em posse da Presidente da Assembleia seriam divulgados junto dos membros da Assembleia. O relatório da IGAT está em posse do Executivo Camarário e pode ser consultado pelos membros da Assembleia.

O eleito Vasco d' Aguiar deu conta da resposta à queixa dirigida pela CDU ao Sr. Provedor de Justiça.

O eleito Paulo Espírito Santo interveio referindo que a Presidente da Mesa, perante as dúvidas sobre a divulgação dos documentos, consultou os organismos convenientes para o respectivo esclarecimento. Não escondeu o documento que a CDU conhece através do elemento que tem no Executivo. Convidou os elementos da bancada da CDU a violarem o segredo de justiça divulgando o que sabem, se é esse o seu interesse. Considerou que se deve aguardar que a lei decida e não transformar esta numa questão meramente política.

A Presidente da Mesa leu mais alguns pontos do ofício endereçado ao Sr. Provedor de Justiça (a partir do ponto 4) e também a resposta do mesmo

O eleito Ricardo Hipólito questionou se não são distribuídas cópias do documento apenas por o mesmo ser volumoso.

A Presidente da Mesa esclareceu que existe um único exemplar na Câmara Municipal e que está disponível para consulta na sala da Assembleia.

O eleito Vasco d' Aguiar considerou que tem o direito de ter o documento em seu poder.

O eleito Manuel Luís Bárbara considerou que a atitude da Presidente da Mesa é a correcta, que é apoiada pela bancada do PS e que a bancada da CDU pode envidar os procedimentos que entender.

O eleito Pedro Gaspar referiu não compreender a atitude de ansiedade da CDU que transforma uma matéria formal em matéria política, que ultrapassa as funções que lhe estão consignadas de deliberação e fiscalização dos actos do Executivo.

A eleita Sónia Sanfona refere que o que a bancada da CDU pretendia era ter conhecimento do relatório e essa possibilidade foi-lhes concedida e não se deve transformar esta questão.

O eleito Ricardo Hipólito considerou que não é uma ansiedade mas o que consideram ser de direito.

A Presidente da Mesa convida ambas as bancadas a consultar o relatório e a desencadear os mecanismos para a sua discussão em sede de Assembleia Municipal, se for esse o entendimento.

A eleita Vitória Brito questiona sobre se a eleita Sónia Sanfona, na qualidade de Consultora Jurídica da Câmara Municipal, tinha conhecimento do relatório.

A Presidente da Mesa respondeu que não.

O eleito Paulo Espírito Santo questionou sobre quem teve conhecimento do relatório, ao que a Presidente da Mesa respondeu que todos os elementos do Executivo conheciam o relatório e ela própria, logo a CDU já tinha conhecimento do relatório, através do respectivo vereador.

O eleito Manuel Luís Bárbara disse que deviam pedir documentos em nome da bancada da CDU e não em nome dos membros da Assembleia.

O eleito Vasco d' Aguiar questionou sobre se o documento não foi entregue à Presidente da Mesa e referiu que foi informado que apenas teria acesso para consulta.

O Presidente da Câmara solicitou a possibilidade de intervenção para fazer o historial do processo, referindo o ofício da IGAT que determinou os procedimentos. Salientou que não há relatório final mas preliminar e que a CDU, sendo uma das entidades que apresentou queixa, teve conhecimento do relatório preliminar.

A Presidente da Mesa considerou que este ponto está suficientemente esclarecido e relativo ao mesmo mantém a sua posição.

A eleita Sónia Sanfona fez um requerimento à mesa para encerrar este ponto, que foi aceite pela mesa. Perante este facto, a eleita Vitória Brito considerou que se tinha acabado de assistir a um “verdadeiro momento de democracia”.

O eleito Paulo Espírito Santo considerou que a democracia se caracteriza no respeito pelas regras e pelos outros.

Fez, seguidamente, referência à Feira do Livro, que elogiou, mas ficou penalizado por ver que veio a Alpiarça o Professor Doutor Barbosa, apresentar uma intervenção sobre o Sistema Educativo, e por não ter estado representado o Agrupamento de Escolas, nem uma mais significativa representação de Alpiarça.

Questionou a Senhora Vereadora sobre o evento realizado em Alpiarça com o Sr. Ministro Morais Sarmiento, para o qual não foram convidados os membros da Assembleia Municipal.

O eleito Ricardo Hipólito questiona ao Executivo se está a cumprir o Dec. Lei 59/99, de 2 de Março, relativo à publicação das adjudicações que ocorrem.

Referiu, também, que em Maio, no Jornal “O Mirante”, foi referido que a situação precária de uma família de Alpiarça ia ser resolvida, pelo que solicitou informação sobre este assunto.

Mencionou que, quando escreve no Jornal “Voz de Alpiarça” o faz na qualidade de cidadão e que, numa página de publicidade paga pela Câmara, foi apelidado de mentiroso, o que repudia, por considerar que os seus procedimentos são correctos, quando solicita à Presidente de Mesa os documentos que pretende.

A eleita Vitória Brito fez comentário à intervenção do eleito Ricardo Hipólito e referiu, ainda, a visita ao Concelho e as obras que foram completadas.

O eleito Ricardo Hipólito esclareceu a sua posição.

O eleito Vasco d' Aguiar questionou sobre a obra do parque de estacionamento do Sacadura e, também, sobre o porquê da rescisão do contrato de avença com a Consultora Jurídica. Perguntou, ainda, se a recolha de cães vadios se continua a processar.

O eleito Pedro Gaspar mostrou o seu desagrado pelo desenrolar deste "Período Antes da Ordem do Dia" em que não se discutiram assuntos de política real e de interesse para Alpiarça.

A eleita Vitória Brito perguntou se já funciona o aquecimento da Escola das Faias, sobre o qual não foi informada aquando da visita ao Concelho. Questionou porque é que foi distribuído um presente às crianças, pela Câmara Municipal, que é considerado perigoso.

A Presidente da Mesa recordou ao eleito Ricardo Hipólito que lhe foi solicitado que fizesse chegar, por escrito, as questões que não lhe foram respondidas.

O Presidente da Câmara referiu que o evento com o Sr. Ministro Morais Sarmiento foi da responsabilidade do Gabinete do Sr. Ministro.

Relativamente à divulgação das adjudicações mencionou que esta é parte integrante dos processos.

Referiu que as obras na casa da munícipe carenciado só poderão ser feitas quando se souber quem é o legítimo proprietário.

Quanto ao parque de estacionamento do Sacadura, o mesmo não é considerado como tal e está a ser convertido em parque ambiental.

No que diz respeito à questão sobre a rescisão do contrato de avença com a consultora jurídica, o Presidente da Câmara respondeu dizendo que há limites para o que se passa nas Assembleias e que esta matéria foi tratada noutra órgão, neste caso na Câmara Municipal de Alpiarça visto que diz respeito a um assunto entre a Câmara e uma pessoa que lhe prestou serviços.

Relativamente aos cães vadios o problema agrava-se com o abandono sistemático de cães na via pública e o canil não tem capacidade para os absorver, a não ser que seja cumprida a legislação, que é muito impiedosa em termos de permanência no canil.

O eleito Ricardo Hipólito referiu que não pôs em causa que as obras fossem ilegais mas apenas se é dado cumprimento a um diploma, ao que o Presidente da Câmara respondeu, novamente, que essa publicitação faz parte do dossier de cada obra.

A Vereadora Vanda Nunes deu novos esclarecimentos sobre o evento em que esteve presente o Sr. Ministro Morais Sarmiento, salientando o facto de as potencialidades da Casa Museu dos Patudos estarem a ser reconhecidas. Informou que vai ser levada uma exposição de Pintura Espanhola do museu ao espaço do Corte Inglês e também que vai ser realizada exposição de obras da Casa Museu, provavelmente no Dia da Mulher.

Esclareceu que, foi enviado convite ao Sr. Presidente da República para o arranque formal das comemorações do centenário da Casa dos Patudos e que se aguarda resposta.

Quanto ao edifício das Faias considerou que o que seria adequado seria o reconhecimento do cumprimento do que foi prometido pelo Executivo e referiu que o aquecimento está a funcionar. Relativamente ao presente oferecido às crianças, este foi inserido num projecto que visava sensibilizar as mesmas para o momento de partilha que é o Natal.

O eleito Ricardo Hipólito referiu que deve ser enaltecido o motivo, mas que se deve ter cuidado na selecção das prendas.

O Presidente da Câmara referiu mais pormenores sobre as comemorações do centenário da Casa Museu dos Patudos.

A Presidente da Mesa deu por encerrado o “Período Antes da Ordem do Dia”.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Foi distribuída informação escrita sobre a actividade do Município.

Ponto número um.

O Presidente da Câmara fez referência a candidatura aprovada no âmbito do Programa Interreg III C.

Ponto número dois.

Não houve intervenções, o ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto número três

Interveio o eleito Ricardo Hipólito para considerar que há aspectos que poderiam ser melhor sustentados, nomeadamente, no que se refere aos custos reais. Também considerou que a política da água não deve estar apenas associada aos preços mas a comportamentos correctos na sua utilização. Referiu, ainda, que devem ser distinguidas positivamente as famílias numerosas, recomendando que, no futuro, seja contemplada esta situação e as grandes carências sociais.

O Presidente da Câmara referiu que o aumento, desde 2001, foi de 0,06 €.

O ponto foi aprovado com 10 votos a favor e 5 contra.

Ponto número quatro.

Não houve intervenções, o ponto foi aprovado com 10 votos a favor e 5 contra.

Ponto número cinco.

O eleito Ricardo Hipólito referiu que há partes significativas em que o documento é igual ao do ano transacto ou seja “mais do mesmo”, dando mais destaque ao que se fez do que ao plano. Referiu os aspectos de saúde, habitação e cultura.

O eleito Paulo espírito Santo considerou que é verdade que é “mais do mesmo”, mais despesas de capital do que despesas correntes e outros exemplos.

O eleito Manuel Luís Bárbara referiu os aspectos relacionados com a Zona Industrial, na qual se vão fixar mais duas grandes unidades industriais que irão promover o desenvolvimento. Considerou que não se pode ler só o que interessa e deixar de lado todo o resto.

O Presidente da Câmara teceu considerações sobre o que é “mais do mesmo” e pelo que se congratula.

O ponto foi aprovado com 10 votos a favor e 5 abstenções.

Ponto número seis

Não houve intervenções, o ponto foi aprovado com 14 votos a favor e 1 abstenção

Ponto número sete

A Presidente da Mesa questionou o Presidente da Junta de Freguesia sobre a proposta de eleito de freguesia.

O Presidente da Junta de Freguesia propôs o autarca de freguesia: José João Martins Miguel.

O ponto foi aprovado com 10 votos a favor e 5 abstenções.

Ponto número oito

Não houve intervenções, o ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto número nove

Não houve intervenções, o ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto número dez

Não houve intervenções, o ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto número onze

Não houve intervenções, o ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto número doze

A Presidente da Mesa propõe para substituição do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens a eleita Teresa Freitas.

O ponto foi aprovado por maioria com 9 votos a favor e 5 abstenções (um membro estava ausente)

A Presidente da Mesa referiu que na discussão e votação se demorou meia-hora, enquanto que no “Período Antes da Ordem do Dia” foram gastos uma hora e quarenta e cinco minutos.

O eleito Paulo Espírito Santo reforçou esta ideia.

PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Interveio o munícipe Joaquim da Nazaré Martins que se pronunciou sobre uma ruptura na conduta de água, na Rua Manuel Paciência Gaspar, e pelo facto de ao reabrir a água esta se apresentar barrenta.

Foi esclarecido do ponto de vista técnico, pela Presidente da Mesa,.
O Vereador António José Coelho fez também alguns esclarecimentos.

Seguidamente, a Presidente da Mesa colocou à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____